



MPMT

Centro de Apoio Operacional de Educação
Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Boletim Informativo CAO.EDUCAÇÃO 07.2024





APRESENTAÇÃO

O Centro de Apoio Operacional de Educação tem como papel essencial prestar apoio técnico às (aos) procuradoras (es) e promotoras (es) de Justiça, bem como às (aos) servidoras (es) do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio de análises técnicas, pesquisas, elaboração de peças e minutas de projetos, relacionadas à área educacional, proporcionando atuação eficiente e resolutiva.

SUMÁRIO

NOTÍCIAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO.....	4
NOTÍCIAS DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS.....	5
NOTÍCIAS DO MPF.....	7
NOTÍCIAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES	9
OUTRAS NOTÍCIAS.....	10
NOVIDADES LEGISLATIVAS.....	15

EQUIPE CAO-EDUCAÇÃO

Miguel Shlessarenko Júnior – Promotor de Justiça e Coordenador do CAO-Educação

Patrícia Eleutério Campos Dower – Promotora de Justiça e Coordenadora do CAO-Educação

Marcos André dos Santos Júnior – Auxiliar Ministerial

Ariane Cristine de Carvalho Brito – Residente

NOTÍCIAS DO MPMT



[Encontro do MPMT debate Educação Inclusiva em Mato Grosso](#)



“Assegurar a ampliação da oferta do atendimento educacional especializado e inclusivo para os alunos com deficiência” é a diretriz estratégica prioritária da Procuradoria de Justiça Especializada na Defesa da Cidadania, Consumidor, Direitos Humanos, Minorias, Segurança Alimentar e Estado Laico do Ministério Público de Mato Grosso na área da Educação para os

anos de 2024 e 2025, conforme o Planejamento Estratégico Institucional (PEI). Diante desse compromisso, o tema escolhido para o encontro anual da Procuradoria Especializada foi *“Educação Inclusiva para Crianças e Adolescentes”*.

[Sintep solicita apoio do MPMT no encaminhamento de pauta da categoria](#)

O procurador-geral de Justiça, Deosdete Cruz Junior, e o promotor Miguel Silhessarenko Júnior, que atua na área da Educação, receberam nesta terça-feira (25), na Procuradoria-Geral de Justiça, a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso – Sintep-MT, que solicitou o apoio do Ministério Público Estadual a uma pauta de reivindicações da categoria junto ao Governo do Estado que tem por objetivo melhorar a qualidade da educação e as condições de trabalho dos profissionais da área. A entidade reclama da falta de diálogo da parte do governo.



[Acordo estabelece prazo para município realizar reforma de escola](#)



O Município de Tapurah tem 60 dias para apresentar um cronograma de execução da reforma geral da Escola Vinícius de Moraes, com planilha atualizada dos gastos necessários para a realização da obra. A obrigação consta em Termo de Ajustamento de Conduta, já homologado pela Justiça, firmado entre o Ministério Público Estadual e o Município.

NOTÍCIAS DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS

[MPPE participa de lançamento de programa federal contra analfabetismo e pela qualificação do ensino](#)



O Ministério Público de Pernambuco se fez presente no lançamento do Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos, feito pelo Ministério da Educação, na quinta-feira (6), em Brasília. Trata-se de uma iniciativa a fim de retomar os investimentos nessa modalidade educacional,

que vai ofertar, nos sistemas públicos de ensino, inclusive entre os estudantes privados de liberdade, 3,3 milhões de novas matrículas da educação de jovens e adultos (EJA) e da oferta integrada à educação profissional.

[MPBA promove reunião de promoção a inclusão e atendimento educacional especializado](#)

O Ministério Público do Estado da Bahia, por meio do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação (Ceduc), realizou hoje, dia 5, a reunião conjunta “Promovendo a inclusão: Perspectivas jurídicas e práticas do Atendimento Educacional Especializado”. O encontro ocorreu na sede do MP, no CAB, e teve o objetivo de promover uma melhor compreensão das políticas, diretrizes e ações necessárias para a efetivação e eficiência no Atendimento Educacional Especializado (AEE) dos sistemas de ensino estadual e municipais da Bahia.



[MPRS visita escola e abrigo em Porto Alegre para verificar situação de alunos que ainda não retornaram às aulas](#)



A promotora de Justiça Luciana Moraes Dias, da Promotoria de Justiça Regional da Educação de Porto Alegre, e a coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Educação, Infância e Juventude, Cristiane Corrales, visitaram a Escola Estadual Mané Garrincha, no Bairro Menino Deus. O objetivo foi verificar as condições da escola e o percentual de retorno dos alunos de forma presencial.

MPPI recomenda que prefeito e secretária de Educação de Bom Jesus adequem transporte escolar da zona rural



O Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI), por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Bom Jesus, expediu recomendações administrativas ao prefeito de Bom Jesus, Nestor Renato Pinheiro Elvas, e à secretária de Educação do Município, Oldênia Fonseca

Guerra, para que providenciem imediatamente transporte escolar em condições adequadas a todos os alunos matriculados na rede municipal de ensino da localidade Resfriado, na zona rural do município. O transporte escolar deverá observar as normas estabelecidas pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

MPMG inicia nova turma do curso de justiça restaurativa para profissionais da educação

O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) iniciou o Curso de Formação de Facilitadores de Círculos de Construção de Paz, voltado para membros de comunidades escolares e instituições socioeducativas do Estado. A formação, de 70 horas-aula, integra o programa Nós, plataforma que estimula métodos de justiça restaurativa (JR) para lidar com conflitos envolvendo a comunidade escolar. De acordo com o Promotor



de Justiça da infância e adolescência de Belo Horizonte, Márcio Rogério de Oliveira (foto acima, ao centro), a ideia é que os participantes do curso sejam capazes de instituir e mediar rodas de diálogo envolvendo vítimas e transgressores dentro do ambiente das escolas e instituições socioeducativas.

"Juntos Pela Vida": Mais oito escolas alcançam 80% de cobertura vacinal com projeto do MPAM



O projeto "Juntos Pela Vida", do Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM), via Centro de Apoio as Promotorias de Proteção e Defesa dos Direitos Constitucionais do Cidadão (CAO-PDC), teve uma semana agitada e cheia de conquistas, do dia 19 a 21 de junho. Ao todo, oito escolas da rede municipal de ensino infantil, entre as zonas rural e urbana, foram auditadas e obtiveram o selo da iniciativa por superarem 80% de cobertura vacinal.

NOTÍCIAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

[Após ação do MPF e decisão favorável da Justiça, MEC suspende criação de cursos a distância até março de 2025](#)

O Ministério da Educação (MEC) suspendeu a concessão de autorizações para criação de novos cursos, aumentos de vagas e novos credenciamentos para graduações na modalidade de educação a distância (EaD). A medida está na Portaria nº 528, publicada pelo MEC, após o Ministério Público Federal (MPF) ter obtido, em outubro do ano passado, decisão da Justiça Federal determinando ao MEC que suspendesse a criação de novos cursos de graduação e de novas vagas na modalidade EaD para a área da saúde. A suspensão vale para cursos de todas as áreas e vai até 10 de março de 2025.



[Escuta pública do MPEduc foi marco histórico para a educação em Medicilândia \(PA\), comemoram participantes](#)



A escuta pública realizada pelo projeto Ministério Público pela Educação (MPEduc) em Medicilândia (PA), na última quarta-feira (19), foi um marco para a educação no município, destacaram diversas pessoas que participaram do evento, promovido pelo Ministério Público Federal (MPF) em parceria com o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA).

[MPEduc: MPF realiza inspeção em escolas de Fonte Boa \(AM\) e promove debate sobre a qualidade de ensino do município](#)

O projeto Ministério Público pela Educação (MPEduc) teve a sua primeira etapa realizada no Amazonas entre os dias 27 e 29 de maio. A ação aconteceu no município de Fonte Boa (a 678 km de Manaus). Além de visita a seis escolas do município, o Ministério Público Federal (MPF) realizou uma escuta pública para debater as particularidades da educação básica na cidade e meios para a sua garantia.



MPF convida instituições de ensino de nível superior a firmar convênio de estágio



O Ministério Público Federal (MPF) divulgou aviso público para que instituições de ensino superior firmem convênio de estágio com a Procuradoria Regional da República da 1ª Região (PRR1), unidade do órgão em Brasília. O convênio é necessário para que os estudantes possam participar dos processos seletivos de estágio do órgão ministerial. O prazo estabelecido para as instituições de ensino apresentem os

documentos necessários termina no dia 9 de julho.

MPEduc: MPF, em conjunto com o Tribunal de Contas, realiza ação em favor da educação básica em Alenquer (PA).

“Com o objetivo de verificar a situação do ensino público e conhecer a opinião dos servidores, dos colaboradores, dos alunos e da comunidade, foram realizadas visitas em escolas e consulta pública em Alenquer. A ação foi realizada pelo Ministério Público Federal (MPF) em conjunto com auditores do Tribunal de Contas dos Municípios do Pará (TCM/PA), órgão convidado pelo MPF para participar da ação.



MPF e DPU pedem investigação sobre transporte escolar irregular no Acre



O Ministério Público Federal (MPF) e a Defensoria Pública da União (DPU) enviaram representação ao procurador-geral de justiça do Acre, para avaliar a instauração de investigação sobre a possível ocorrência de transporte escolar irregular no estado. De acordo com o documento, assinado pelo procurador da República Lucas Costa Almeida Dias e pelo defensor público federal Thiago Brasil, tanto a DPU quanto o MPF constataram a utilização

de caminhonetes semelhantes a paus de arara no transporte escolar rural do município de Bujari.

NOTÍCIAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES

[STF suspende lei do RJ que obriga escolas particulares a estender promoções a clientes antigos](#)

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu uma lei do Estado do Rio de Janeiro que obriga instituições privadas de ensino a concederem a clientes preexistentes os mesmos benefícios e promoções ofertados para novos clientes. A decisão liminar foi tomada na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7657, apresentada pela Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen), e será submetida a referendo do Plenário.



[STF mantém suspensão de lei do AM que proíbe linguagem neutra no currículo escolar](#)



Por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) manteve decisão liminar do ministro Flávio Dino que suspendeu norma do Estado do Amazonas que proibia a linguagem neutra no currículo escolar estadual. Na sessão virtual encerrada em 21/6, o Plenário reiterou o entendimento de que cabe privativamente à União legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional.

[Página de Repetitivos e IACs inclui julgados sobre conclusão antecipada do ensino médio](#)

A Secretaria de Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça atualizou a base de dados de Repetitivos e IACs Anotados. Foram incluídas informações a respeito do julgamento dos Recursos Especiais 1.945.851 e 1.945.879, classificados no ramo do direito administrativo, no assunto educação. Os acórdãos estabelecem a ilegalidade da antecipação do término da educação básica por menor de 18 anos, pela submissão ao sistema de avaliação diferenciado oferecido pelos Centros de Educação de Jovens e Adultos (CEJAS), ainda que o objetivo seja obter diploma de ensino médio para matrícula em curso superior.



OUTRAS NOTÍCIAS

[Professores da educação básica pública podem usar transporte escolar](#)



Os professores da educação básica pública podem utilizar os veículos de transporte escolar dos estados do Distrito Federal e dos municípios. Sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na segunda-feira (27), a lei é proveniente do [PL 1.669/2019](#), do senador Carlos Viana (PSD-MG), [aprovado em votação final pela Comissão de Educação \(CE\)](#) em maio de 2019. Em seguida, o texto foi analisado pela Câmara.

[MEC lança pacto nacional para valorização da EJA](#)

O Ministério da Educação (MEC) lançou nesta quinta-feira, 6 de junho, o [Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos](#), a fim de retomar os investimentos nessa modalidade educacional. A iniciativa vai ofertar, nos sistemas públicos de ensino, inclusive entre os estudantes privados de liberdade, 3,3 milhões de novas matrículas da educação de jovens e adultos (EJA) e da oferta integrada à educação profissional. Além dessas, o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), criado em 2003, será retomado com a oferta de 900 mil vagas para estudantes e de 60 mil bolsas para educadores populares.



[Inep publica o Indicador Criança Alfabetizada](#)



O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) publicou, na última semana, o Indicador Criança Alfabetizada, que revela o percentual de estudantes matriculados no 2º ano do ensino fundamental com o padrão nacional de alfabetização, estabelecido pela pesquisa Alfabetiza Brasil. O indicador é calculado com

base nos resultados das avaliações da alfabetização, conduzidas pelos sistemas estaduais em organização complementar ao Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

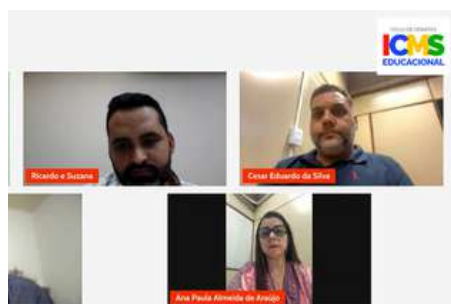
[Sancionado o atendimento especializado para crianças de zero a três anos](#)

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou na terça-feira (4) a Lei 14.880, que institui a Política Nacional de Atendimento Educacional Especializado a Crianças de Zero a Três Anos (Atenção Precoce). Publicada no Diário Oficial da União desta quarta-feira (5), a norma estabelece também prioridade de atendimento em programas de visitas domiciliares a crianças da educação



infantil apoiadas pela educação especial e crianças da educação infantil com sinais de alerta para o desenvolvimento.

[MEC promove novo encontro sobre ICMS Educacional](#)



O Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Básica (SEB), realizou nesta sexta-feira, 7 de junho, o webinar “ICMS Educacional: experiências estaduais (GO, MS e MT)”. Promovido em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), o encontro contou

com a presença de representantes das secretarias de educação dos estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

[CE cria subcomissão para acompanhar educação de jovens e adultos](#)

A partir de requerimento da senadora Janaína Farias (PT-CE), foi aprovada pela Comissão de Educação (CE), nesta terça-feira (11), a instituição de subcomissão permanente destinada a acompanhar as políticas de Educação de Jovens e Adultos (EJA). A subcomissão será formada por cinco senadores titulares e cinco suplentes.



[MEC implementará Política Nacional de Assistência Estudantil](#)

O Ministério da Educação (MEC) vai implementar a Política Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), aprovada pelo Senado Federal na terça-feira, 11 de junho. O texto ainda seguirá à sanção do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e busca garantir a permanência dos estudantes de baixa renda na educação superior e na educação profissional e tecnológica. Para sua implementação, a Pnaes será articulada com outras políticas sociais do governo federal, em especial com aquelas que fazem transferência de renda.



[Com onze escolas premiadas, Sorriso lidera ranking do Alfabetiza MT](#)



O Governo do Estado de Mato Grosso, por meio da Secretaria de Estado de Educação (Seduc), divulgou nesta terça-feira, 11 de junho, a relação das escolas vencedoras do Prêmio Alfabetiza MT, realizado a partir de Avaliação objetiva, tendo como base o ano de 2023. Quatro escolas de Sorriso se destacam como Escolas TOP 10, classificadas entre as dez melhores de Mato Grosso, com destaque para a EM Leônicio Pinheiro da Silva, que conquistou o 1º lugar do ranking estadual.

[Escola em Tempo Integral: 95% das matrículas foram declaradas](#)

O Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Básica (SEB), divulgou na segunda-feira, 10 de junho, o boletim consolidado das matrículas declaradas pelos entes que aderiram ao Programa Escola em Tempo Integral. O documento aponta que 95% das mais de 1 milhão de matrículas pactuadas para uso dos recursos do programa tiveram sua criação declarada, o que corresponde a 950.614 novas matrículas em escolas de tempo integral para o ciclo 2023-2024. Essas matrículas ainda serão confirmadas junto às redes a partir de dados do Censo Escolar.



[Lula sanciona Programa Nacional de Vacinação em Escolas Públicas](#)



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou com um veto a Lei nº 14.886/2024, que institui o Programa Nacional de Vacinação em Escolas Públicas. O plano tem como objetivo elevar a cobertura vacinal da população, especialmente entre os alunos da educação infantil e do ensino fundamental. A nº Lei 14.886/2024 obriga todos os estabelecimentos que recebam recursos públicos a participar do Programa Nacional de Vacinação em Escolas Públicas. As escolas particulares também podem participar, caso manifestem interesse.

[Mato Grosso atinge patamar de 55% de crianças alfabetizadas](#)

Em 2023, 55% das crianças das redes públicas mato-grossenses alcançaram o nível de alfabetização definido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) para o 2º ano do ensino fundamental. Os dados foram apresentados no 1º Relatório de Resultados do Indicador Criança Alfabetizada. Este foi divulgado em 28 de maio, pelo Ministro de Estado da Educação, Camilo Santana, em reunião com o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e com governadores no Palácio do Planalto.



[Educação brasileira comemora 15 anos da Lei da Alimentação Escolar](#)



Neste domingo, 16 de junho, a educação pública brasileira comemora 15 anos da Lei da Alimentação Escolar (Lei nº 11.947/2009), um marco significativo no Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia vinculada ao Ministério da Educação, o Pnae é um dos maiores programas de alimentação escolar do mundo. Com 69 anos de existência, ele atende mais de 40 milhões de estudantes em todo o país, oferecendo 50 milhões de refeições diariamente em regime colaborativo com estados e municípios.

MEC avaliará material para ensino da cultura afro-brasileira



O Ministério da Educação (MEC) – por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi) – publicou na sexta-feira, 14 de junho, a Portaria nº 37. Esta institui uma comissão de avaliação dos materiais didático, paradidático, literário e instrucional usados no ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas. O grupo será composto por representantes de diferentes secretarias da Pasta; do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); da Comissão Nacional de Educação Escolar Quilombola (Coneeq); da Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena (CNEEI); além de por especialistas de renomado reconhecimento na área.

Comissão de Educação do Senado aprova Novo Ensino Médio

A Comissão de Educação e Cultura do Senado aprovou nesta quarta-feira (19) o projeto de lei 5.230, que estabelece uma reestruturação do ensino médio brasileiro. A votação foi simbólica, quando não há registro individual de votos. Agora, o projeto segue para análise do plenário do Senado. Após acordo com o Ministério da Educação, a relatora do projeto Professora Dorinha Seabra (União-TO), retomou as 2.400 horas da Formação Geral Básica, conforme havia sido aprovado pela Câmara dos Deputados, em março deste ano. O texto também estabeleceu que haja um aumento de carga horária para os alunos que optarem pelo ensino tradicional e o técnico simultaneamente de 3 mil para até 3,6 mil horas, a depender do curso, a partir de 2029.



Política Nacional de Equidade: mais de 37% das redes de ensino aderiram



Mais de 37% dos entes federados aderiram à Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ). Até o momento, são 2.085 municípios e sete estados (Acre, Bahia, Espírito Santo, Pernambuco, Rondônia, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul). A adesão foi aberta há cinco dias somente. As demais secretarias de educação de todo o Brasil podem se inscrever até 12 de agosto, por meio do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação (Simec). A PNEERQ tem como objetivo implementar ações e programas educacionais voltados à superação das desigualdades étnico-raciais e do racismo nos ambientes educacionais.

NOVIDADES LEGISLATIVAS

[LEI Nº 14.880, DE 04 DE JUNHO DE 2024](#) - Altera a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016 (Marco Legal da Primeira Infância), para instituir a Política Nacional de Atendimento Educacional Especializado a Crianças de Zero a Três Anos (Atenção Precoce) e para determinar prioridade de atendimento em programas de visitas domiciliares a crianças da educação infantil apoiadas pela educação especial e a crianças da educação infantil com sinais de alerta para o desenvolvimento, nos termos que especifica.

[LEI Nº 14.886, DE 11 DE JUNHO DE 2024](#) - Institui o Programa Nacional de Vacinação em Escolas Públicas.

[PORTARIA MEC Nº 37, DE 14 JUNHO DE DE 2024](#) - Institui a Comissão de Avaliação de material didático, paradidático, literário e instrucional para a implementação das leis que exigem o ensino sobre história e cultura afro-brasileira e indígena, no âmbito da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação.



MPMT

Centro de Apoio Operacional de Educação

Ministério Público do Estado de Mato Grosso

cao.educacao@mpmt.mp.br

65 3611-0600

www.mpmt.mp.br